

## A LIDERANÇA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: TRAJETÓRIAS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM DUQUE DE CAXIAS

EIXO TEMÁTICO: 2  
TIPO DO ESTUDO: PC

Elizabeth Rodrigues de Oliveira PEREIRA  
E-mail: bethpsi14@gmail.com:  
Professora/Psicóloga, Mestre em Educação pela UERJ/ FEBF  
Pesquisadora do NEEI/UERJ  
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologias e Inclusão  
(PGCTIn/UFF), Rio de Janeiro/ RJ

\*Edicléa Mascarenhas FERNANDES  
E-mail:professoraedicleauerj@gmail.com  
Psicóloga, Psicopedagoga, Mestre em Educação pela UERJ  
Doutora em Saúde da Criança e da Mulher pelo IFF/FIOCRUZ  
Professora da UERJ e UFF  
Rio de Janeiro/ RJ

---

**RESUMO** O presente estudo tem o intuito de considerar o desenvolvimento da liderança no movimento de pessoas com deficiência na cidade de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro. Sendo assim, a historicidade e a contextualização, bem como a articulação dos diferentes conceitos pertinentes aos aspectos da liderança, se faz mister para a compreensão do delineamento da pesquisa em tela. A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica que se fez a partir de teses, dissertações, revistas e demais publicações e arquivos pessoais de pesquisadores que convergem para pesquisa na área de inclusão social. Os objetivos consistem em analisar o conceito de liderança no âmbito dos movimentos sociais das Pessoas com Deficiência no Município de Duque de Caxias, identificar e conhecer as trajetórias em prol da disseminação e implementação de ações inclusivas, assim como o apoio às respectivas famílias. A problematização do estudo diz respeito ao período de 1990, ao ser promulgada a Lei Orgânica do referido Município, desde o início da Educação Especial até as legislações vigentes. Como resultados, são citados a relevância do tipo de liderança para as ações implementadas, o território e sua demografia como fator de influência e o estado atual desses movimentos mediante as mudanças políticas.

Palavras-chave: liderança. inclusão. pessoa com deficiência

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo é concernente ao conceito de liderança e seu desenvolvimento, no caso, o surgimento dos movimentos sociais em Duque de Caxias, RJ, com seus desdobramentos. Nessa primeira parte, é abrangente ao fato de ser líder como uma tarefa árdua, porque nunca há consenso; para ser um líder, é necessário antes de tudo, ouvir os anseios de seus liderados, colocar-se no lugar do outro, sendo empático, buscando necessidades comuns a todos, e não somente interesses próprios; saber que é primordial o trabalho, sem escravizar; o amor, pela dedicação e altruísmo; o dinheiro, pela remuneração digna do trabalho exercido, sem usurpação, nem exploração; o poder físico, pelos cuidados básicos à saúde, pelo bem-estar da população, investimentos na infraestrutura das cidades, na educação, nas moradias, saneamento, enfim, tudo o que contribua para o desenvolvimento humano.

Tannenbaum (1970, p.24) define liderança como uma “influência interpessoal numa situação, por intermédio do processo de comunicação, para que seja atingida uma meta, ou metas especificadas”; daí, a influência por parte do líder ou influenciador faz-se presente no comportamento de um seguidor ou influenciado numa situação, ainda nas palavras do autor.

Segundo Minicucci (1995) as pesquisas iniciais sobre liderança focalizaram o próprio líder, a sua personalidade, na qual sustentava que a eficácia da liderança poderia ser explicada, isolando-se as características psicológicas e físicas que diferenciavam o líder dos demais membros de seu grupo. Os atributos psicológicos preconizados num líder seriam a inteligência, atração pessoal, linguagem fluente, domínio, boa capacidade de convencer, dentre outros; porém, não há prova de confiança quanto à existência de características universais de liderança.

Festinger (1957) elaborou sua Teoria da Dissonância Cognitiva, baseando-se na premissa de que toda pessoa se esforça para estabelecer um estado de consonância ou coerência com ela mesma, isto é, a pessoa acredita em algo e busca cumprir todos os preceitos relativos à sua crença; porém, quando ocorre uma inconsistência em seu comportamento, como por exemplo, um indivíduo acredita em algo, mas age contrariamente a sua crença, aí ocorre a dissonância cognitiva. Esse fato também é concernente à liderança, pois um líder precisa estar consonante com seu pensamento e suas atitudes.

De acordo com Minicucci (1995) é importante conhecer a capacidade perceptual do líder e como esse potencial para reagir a uma variedade de estímulos, pode afetar sua reação a muitos estímulos que o confrontam. Daí, essa capacidade determinará a sua flexibilidade de comportamento.

No pensamento de Festinger (1957) a cognição permite um quadro de referências para o indivíduo situar-se no mundo que o rodeia e entendê-lo adequadamente. A dissonância cognitiva é decorrente de situações que envolvem algum processo de decisão do indivíduo e o conflito resultante de cognições que não batem ou não concordam entre si; na realidade, a vida de cada pessoa é uma incessante busca de redução de dissonâncias, segundo Chiavenato (2000)

A liderança participativa ou democrática consiste no trabalho em conjunto, com a máxima importância ao crescimento e desenvolvimento de todos os seus membros, sendo a liderança, distribuída harmoniosamente. Dessa forma, o grupo trabalha seguindo o princípio do consenso, com vistas a um elevado grau de relações interpessoais agradáveis para uma sólida base da resolução de problemas.

Concernente à representatividade das Pessoas com Deficiência, o presente trabalho ressalta os movimentos em prol da inclusão social e educacional, cada vez mais potencializadas pelas legislações vigentes, elaboração de programas e ações com vistas à garantia dos direitos. Os objetivos propostos consistem em analisar o conceito de liderança no âmbito dos Movimentos Sociais das Pessoas com Deficiência no Município de Duque de Caxias, identificar e conhecer a trajetória em prol do desenvolvimento e implementação dessas ações inclusivas, como também o apoio às famílias. Quanto à delimitação da pesquisa, o período de 1990 é elucubrado por promulgar a Lei Orgânica do Município de Duque de Caxias, desde o início da Educação Especial até as legislações vigentes e pela influência sobre o surgimento dos demais movimentos sociais.

## **1.1 Conceito de Pessoas com Deficiência (PcDs)**

O conceito de “Deficiência” estava focado na expressão de limitações na funcionalidade individual dentro do contexto social, representando uma desvantagem substancial para o indivíduo. Deficiência teve sua gênese numa condição de saúde que apresentava prejuízos nas estruturas e funções corporais, limitações em atividades, restrições nas participações dentro do contexto dos

fatores ambientais e pessoais. Desse modo, a deficiência mental também sofreu mudanças em sua terminologia, bem como nos níveis de limite do quociente intelectual, no diagnóstico e no comportamento adaptativo.

As deficiências são decorrentes das seguintes causas, a saber:

- **Genéticas**- envolvem desde erros no agrupamento de cromossomos ou alteração nos genes. Por exemplo, a Síndrome de Usher, condição em que a pessoa possui deficiência visual e auditiva.

- **Os erros inatos do metabolismo** - que ocasionam a ausência ou alteração de enzimas importantes para o metabolismo orgânico. Erros congênitos do metabolismo, como a fenilcetonúria, que hoje é diagnosticada no teste do pezinho e o bebê é tratado precocemente, com dieta especial. Em caso de não tratamento, o bebê apresenta complicações graves como autismo e deficiência intelectual.

- **Medicamentosas** - medicamentos utilizados durante o pré-natal, como a talidomida, um medicamento que, no final da década de 1950, foi muito utilizado por gestantes e ocasionava o nascimento de bebês com deformidades nos membros e anomalias no coração, nos olhos e nos ouvidos.

- **Causas Perinatais** - A baixa ou ausência de oxigênio no momento do parto (hipóxia e anóxia) pode acarretar prejuízos em uma ou mais áreas cerebrais do bebê responsáveis pela motricidade, audição, visão, linguagem e funções intelectuais.

- **Causas Pós-natais** - destacam-se as encefalites, meningites, doenças infecciosas como sarampo, além de traumatismos cranioencefálicos devido a quedas, acidentes e violência.

O percurso histórico do atendimento a pessoas com deficiência, foi estudado por diversos autores, e Orrico (2011) discorre sobre o modelo descrito por Alvarez (1998), o qual identificou quatro grandes paradigmas, a saber:

- 1) O primeiro paradigma denominado paradigma tradicional caracterizado pelo confinamento da pessoa com deficiência em asilos ou manicômios, visto que entendia a pessoa com deficiência, como um sujeito a ser assistido de maneira confinada em local apropriado e isolado da população em geral;

- 2) O segundo paradigma era referente à reabilitação, após a Segunda Guerra, segundo o qual o problema da deficiência encontrava-se no indivíduo, sendo a origem de suas dificuldades, a falta de destrezas para ultrapassá-las e corresponder às expectativas sociais. A solução deveria ser buscada mediante a

intervenção dos profissionais e especialistas. Dessa forma, a necessidade de reabilitar a pessoa com deficiência.

3) O terceiro modelo, de acordo com Alvarez (1998), é apresentado como paradigma da autonomia pessoal e integração, tendo surgido em meados dos anos 70 nos Estados Unidos, a partir do movimento de vida independente, concomitante ao surgimento do paradigma da integração ou *mainstreaming* na educação. Movimentos para suprimir barreiras físicas e sociais são iniciados, pois o problema não seria a deficiência ou a incapacidade, mas, a situação de dependência, originando conceitos como equiparação de oportunidades e acessibilidade a todos.

4) A qualidade de vida, é definida como um conceito e um quarto paradigma, que reflete as condições desejadas por uma pessoa em relação a sua vida em casa, na comunidade, no trabalho, como um fenômeno subjetivo baseado na percepção que a pessoa tem sobre vários aspectos de experiência de sua própria vida, qualitativos, como por exemplo, vida no lar e comunidade, emprego (nível econômico), estado social (família, amigos), estado de saúde e segurança, controle pessoal, possibilidades de escolha e tomadas de atitude.

Luckason et al (2000) explanam que no ano de 1992, a Associação Americana de Retardo Mental - AAMR, em inglês e atualmente, AAIDD ou Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento, estruturou a definição e classificação de Deficiência Mental, introduzindo o conceito de capacidades adaptativas, de acordo com 4 (quatro) proposições essenciais, a saber:

1. a avaliação leva em conta as diversidades culturais e lingüísticas, bem como as diferenças em comunicação e os fatores comportamentais;

2. as limitações nas capacidades adaptativas ocorrem no contexto de ambientes comunitários típicos dos “pares” da mesma faixa etária do indivíduo com retardo mental, que necessita ser considerada para que sejam estabelecidas suas necessidades de suporte individualizadas;

3. as limitações específicas adaptativas geralmente coexistem com potenciais em outras capacidades adaptativas pessoais;

4. os suportes apropriados durante um período determinado podem melhorar o padrão de vida da pessoa.

No tocante à educação, um passo fundamental para a aprendizagem das Pessoas com Deficiência, foi a aprovação do Plano Nacional de Educação em 2014

- PNE, com vigência de 10 anos, o qual estabelece metas para a melhoria da educação nesse seguimento. Eis um exemplo:

Meta 4 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (Brasil, 2014)

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista foi instituída pela Lei n.º 12.764, conhecida como Lei Berenice Piana e sancionada em Dezembro de 2012, trouxe consigo que os autistas são considerados, oficialmente, pessoas com deficiência, tendo direito a todas as políticas de inclusão do país, dentre elas, a educação. Sancionada em 06 de Julho de 2015, a Lei n.º 13.146 denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em consonância ao seu Artigo 1.º, destina-se a assegurar e promover igualmente os direitos e liberdades da Pessoa com Deficiência.

Em 2002 a Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores.

## **1.2 A Liderança das Pessoas com Deficiência no Brasil**

No Período Colonial, compreendido entre 1500 a 1822, são escassos os registros sobre as condições de vida das pessoas com deficiência. Estudos que retratam esse contexto demonstram que as pessoas com deficiência viviam em situação de exclusão nos primeiros séculos da história de nosso país.

As famílias com determinadas condições socioeconômicas mantinham seus filhos com deficiência confinados em espaços específicos do lar, ou então os enviavam a instituições de reclusão como as Casas de Misericórdia e/ou prisões – em caso de desordem pública, conforme estudos de Kraemer (2020). A autora ressalta que, apenas em 12 de Setembro de 1854, o Imperador D.Pedro II instituiu o Decreto Imperial Nº 1428, o qual criava o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, marco inicial da educação das pessoas com deficiência visual no Brasil e América

Latina. Hoje, é conhecido como Instituto Benjamin Constant – IBC, e foi a única instituição para a educação dessas pessoas até o ano de 1926.

As pessoas surdas têm sua primeira instituição educacional também na época do Império, tendo sido fundada em 26 de setembro de 1857, sob a denominação de Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, na cidade do Rio de Janeiro. Até o presente, essa instituição desenvolve relevantes atividades centradas na educação de surdos. O Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, é um importante espaço de produção e desenvolvimento de práticas e pesquisas sobre os processos educacionais para as pessoas surdas.

Amplamente reconhecida entre nós pela ação informada e socialmente relevante nas áreas da educação fundamental, especial, rural ou comunitária, a psicóloga e educadora russa Helena Antipoff (1892-1974), concretizou em obras duradouras, como as Sociedades Pestalozzi – hoje disseminadas por todo o país, dedicadas à educação de pessoas com deficiências – e em contribuições consistentes e criativas para a organização do estudo e da pesquisa em psicologia experimental e em psicologia da educação no Brasil ( Campos, 2003 citado por Pereira, 2019)

Helena Antipoff nasceu em 25 de março de 1892, na cidade de Grodna, hoje chamada Hrodna, Bielorrússia, e faleceu em Ibité, Minas Gerais, na data de 9 de Agosto de 1974. Estudou em São Petersburgo, Genebra e Paris, onde estagiou no Laboratório Binet-Simon nos anos de 1910 e 1911; entre 1912 e 1916, obteve o diploma de Psicóloga.

Antipoff, depois de obter formação universitária na Rússia, Paris e Genebra, fixou-se no Brasil a partir de 1929, convidada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no contexto da operacionalização da reforma de ensino conhecida como Francisco Campos Mário Casassanta. Traçou propostas e programas, em 1929 no Brasil, no estado de Minas Gerais, nas áreas de desenvolvimento mental dentre outras, para a reforma do ensino mineiro. Com a criação da Sociedade Pestalozzi e da Escola da Fazenda do Rosário, o atendimento aos portadores de necessidades especiais, ganhou impulso na educação.

A preocupação com o desenvolvimento físico, psicológico, moral e social das crianças, assim como a reinserção na sociedade, tornaram-se alvos de intervenções, com ênfase na necessidade de um acompanhamento neste processo gradual.

É possível discorrer que as propostas preconizadas por Antipoff e as de hoje, mesmo cercadas por avanços e retrocessos não devem paralisar-se, devendo ser tomadas como proposições ávidas de consenso para uma educação democrática, construída por meio de ações planejadas e implantadas com cuidado, com pessoal preparado adequadamente, visando um bom desenvolvimento e avaliações futuras positivas.

Em 1935, Cornélio Ferreira França apresentou à Assembleia Legislativa do país, um projeto de lei para a criação do cargo de professor de primeiras letras para cegos e surdos-mudos. Já, o primeiro curso de especialização de professores só foi oficializado pelo Decreto Lei nº 16.392, em 02 de Dezembro de 1946. Importante destacar também que em 1946 foi criada, por Dorina Nowill (que ainda jovem perdeu a visão), a Fundação para o Livro do Cego no Brasil – FLCB, responsável pela impressão de livros em Braille (Kraemer, 2020)

O Centro Nacional de Educação Especial - CENESP - criado em 1973 por meio do decreto 72.425, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, tinha por objetivo promover em todo o território nacional a melhoria do atendimento aos excepcionais. O CENESP se tornou secretaria quando foi criada a Secretaria de Educação Especial e no ano de 1994 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial que trouxe transformações advindas das cartas internacionais de direitos de defesa das pessoas com deficiência.

## 2 MÉTODO

A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica que se fez a partir de teses, dissertações, revistas e demais publicações e arquivos pessoais de pesquisadores que convergem para pesquisa na área de inclusão social. A abordagem aplicada na referida pesquisa foi a documental, utilizando documentos com as fontes organizadas e classificadas, analisando as informações. Cada um dos materiais submeteu-se às inferências, comparando com informações comprovadamente verdadeiras, e dessa forma realizar a interpretação das análises, extraindo conclusões de forma lógica (Gil, 2007)

Através dos documentos exarados, como a nossa Constituição, percebemos que, incluir é uma ação que necessita ser mais praticada. A educação inclusiva pode ser entendida como o sistema que abriga todos os estudantes independentemente

de suas características pessoais promovendo assim, a integração e eliminando as barreiras que interferem nas condições físicas, sociais, étnicas ou de ordem econômica.

Apesar dos tratados internacionais e de vasta legislação nacional que garantem ações afirmativas e coercitivas para eliminação de práticas discriminatórias, barreiras sociais, arquitetônicas, urbanísticas, de comunicação e implementação de diversas ações de inclusão na área da educação, saúde e trabalho, o Brasil efetivamente ainda é um país que dá pouca oportunidade às pessoas com deficiência em comparação a outros países, e o que é pior, muitos Estados e municípios não têm programas ou ações planejadas, ou discutidas com a sociedade organizada, para atendimento a esse segmento conforme preconizado.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Município de Duque de Caxias foi criado pelo Decreto Estadual no 1.055, de 31 de dezembro de 1943. Antes de sua emancipação, Duque de Caxias era o 8o Distrito do Município de Nova Iguaçu. De acordo com dados do IBGE (2010), ocupa uma área de 467.6km<sup>2</sup>, correspondendo a cerca de 6,8% da área da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Duque de Caxias traz em sua história, a implantação da Educação Especial no ano de 1979 como também o surgimento de movimentos sociais, sendo um deles a Associação de Pais de Excepcionais, o qual contribuiu na resistência para a ampliação na oferta de serviços, fiscalizando, encampando junto ao Poder Público, instituições que violavam direitos das Pessoas com Deficiência. Em 1989 com a criação da Divisão de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação, fóruns sociais emergiram imbuídos na comissão de estudos e propostas para a Lei Orgânica do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência em 1990 e a Divisão de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais da Secretaria de Ação Social, em 1991 (Fernandes, 1991)

A Lei Orgânica é uma norma que regula a vida política de uma cidade, respeitando a Constituição Federal e a Constituição do Estado. Trata-se de um importante instrumento que auxilia o poder público municipal na construção de projetos ou leis de interesse da população. O Município de Duque de Caxias teve

sua Lei Orgânica promulgada em 1990, sendo um grande e importante passo para a sua emancipação.

Art. 1º. O Município de Duque de Caxias, em união indissolúvel ao Estado do Rio de Janeiro e à República Federativa do Brasil, constituído dentro do Estado Democrático de Direito, em esfera de governo local, objetiva, na sua área territorial e competencial, o seu desenvolvimento com a construção de uma comunidade livre, justa e solidária, fundamentada na autonomia, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho, na livre iniciativa e no pluralismo político, exercendo o seu poder por decisão dos munícipes, pelos seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Lei Orgânica, da Constituição Estadual e da Constituição Federal.

Parágrafo Único – A ação municipal desenvolve-se em todo o seu território, sem privilégios de distritos ou bairros, reduzindo as desigualdades regionais e sociais, promovendo o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Dentre seus artigos, o 9º preconiza em seu Inciso II,

Art. 9º. É da competência do Município, em comum com a União e o Estado:  
(.....)

II- cuidar da saúde e da assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências;

No contexto de Orrico (2011) o cenário de promulgação da Lei Orgânica do Município de Duque de Caxias, foi repleto de intervenções sociais de movimentos de pessoas com deficiências com amplo engajamento e envolvimento de profissionais da Educação Especial de Duque de Caxias. Fernandes (1991) elucida aspectos históricos desta época, datando de 23 de maio de 1989, na qual a Secretária de Educação, Vereadora eleita e signatária da Lei Orgânica Municipal, Professora Dalva Lazaroni, organizou um Fórum Permanente de Debates, objetivando a Lei Orgânica Municipal, e, por conseguinte, concretizou-se um sub-fórum de Educação Especial e Sistema Público de Ensino; em 26 e 27 de agosto daquele mesmo ano, realizou-se o 1.º Encontro de Pais, Profissionais e Pessoas Portadoras de

Necessidades Especiais, no qual foi criada uma Comissão de Estudos e Propostas para a Lei Orgânica Municipal, cujo objetivo desse, foi subsidiar propostas para a lei orgânica e discutir a integração das pessoas com deficiência, bem como mobilizá-las à participação na luta pelos seus direitos.

Orrico (2011) ainda discorre que esta comissão para Lei Orgânica, era composta por um membro das seguintes secretarias: Educação, através do Núcleo de Educação Especial, Saúde; Esporte e Lazer; Desenvolvimento Social, além de um representante de cada um dos seguintes setores e pessoal a seguir: Equipe Técnica de Educação Especial da Coordenadoria de Educação da Secretaria Estadual de Educação; Sociedade Pestalozzi de Duque de Caxias, representantes do Poder Legislativo, a extinta Legião Brasileira de Assistência - LBA, pais, familiares e pessoas com deficiência e um intérprete de sinais voluntário.

Em 1991, foi realizada a I Jornada sobre Municipalização e Integração do Atendimento Educacional do Portador de Necessidades Especiais.

Segundo Fernandes (1991), a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, por intermédio da Coordenadoria de Educação Especial, órgão da Secretaria Municipal de Educação, já estava desenvolvendo ações educacionais para alunos portadores de necessidades educativas especiais, termo utilizado na época, na rede pública de ensino. No mês de Agosto, no ano de 1991, realizou-se o 1º Encontro sobre Municipalização do Atendimento ao Portador de Necessidades Especiais, formalizando palestras, encontros com as escolas, associações de moradores, religiosas, universidades locais, no intuito de, ao nível de intervenção social, contactar os diversos segmentos que atuam direta ou indiretamente com o portador de deficiência, tais como escolas, clubes de serviço, associações, Sociedade Pestalozzi, APAE, os Poderes Legislativo e Executivo.

A autora também relata que, a nível institucional, um plano de trabalho foi apresentado à Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, através de reuniões com outras secretarias (Saúde, Esporte e Lazer, Governo) objetivando estímulos de ações paralelas; outras ações também foram pautadas, como exemplo, organização de metas e projetos, além de reuniões sistemáticas com outros setores da Secretaria Municipal de Educação.

Destarte, outros segmentos da Prefeitura assumem então, ações de atendimentos aos portadores de necessidades especiais, até mesmo secretarias que não criaram órgãos como Serviço Público e Obras, iniciaram movimentos

garantindo direitos aos portadores de necessidades especiais, como rebaixamento de calçadas, emissão de passes, segundo Fernandes (1991)

Todos os processos descritos foram relevantes para que outras ações fossem construídas no decorrer dos anos, congregando esforços dos órgãos públicos, entidades privadas sem fins lucrativos e grupos organizados que tenham em seus objetivos, o atendimento, a defesa das garantias dos direitos ou promoção de pessoas com deficiência, estabelecendo as diretrizes das políticas públicas, em conformidade com as legislações vigentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento do desenvolvimento dos movimentos sociais, vêm avançando significativamente a difusão dos conhecimentos e de apoio à Educação Especial no mundo. Duque de Caxias sempre atentou ao tema educação especial Inclusiva, preconizando o reconhecimento e a importância da implementação de modalidades de atendimento educacional, não importando a época em que as ideias foram ganhando espaço, apoiadas por teóricos e legislações pertinentes.

Alguns documentos expressam a necessidade de (re)construções no escopo desses ideais inclusivos, primando por novos paradigmas isentos de estigmas e barreiras, juntamente aos gestores, famílias, comunidades, todos imbuídos no fortalecimento de mais políticas públicas em prol das pessoas com deficiência. Atualmente, o município de Duque de Caxias é referência em acessibilidade em todo o estado do Rio de Janeiro.

Tudo isso ilustra a importância do lema “Nada sobre nós sem nós”, ratificando o protagonismo e a participação ativa das Pessoas com Deficiência, juntas no planejamento de estratégias e políticas efetivas, não somente como beneficiárias ou objetos de intervenção, mas como detentoras de suas próprias histórias.

## REFERÊNCIAS

Alvarez, J. (1998). *Diversidad en la educación: Desafío para el nuevo milênio*. Em Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial (pp. 66–76). Ministério da Educação e do Desporto.

Brasil. (1994). *Política nacional de educação especial*. MEC/SEESP. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>

Brasil. (2005). *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-06/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-06/2005/decreto/d5626.htm)

Brasil. (2012). *Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*. Diário Oficial da União. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)

Brasil (2014). *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências*. Poder Legislativo, Brasília, 2014.

Brasil. (2015). *Lei nº 13.146/2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência LBI*. Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)

Fernandes, E. M. (1991). *A implantação do modelo pedagógico construtivista na educação especial no sistema público no município de Duque de Caxias: Mudanças na prática pedagógica e institucional* (Dissertação de mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford University Press.

Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). Atlas.

Kraemer, G. M. (2020). *Política de inclusão escolar e a modulação das condutas dos sujeitos com deficiência*. *Momento - Diálogos Em Educação*, 29(1), 71–87. <https://doi.org/10.14295/momento.v29i1.9269>

Luckasson, R., Borthwick-Duffy, S., Buntinx, W. H., Coulter, D. L., Craig, E. M. P., Reeve, A., ... & Tasse, M. J. (2002). *Mental retardation: Definition, classification, and systems of supports*. American Association on Mental Retardation..

Minicucci, A. (1995). *Psicologia aplicada à administração*. Atlas.

Orrico, H. F. (2011). *A inclusão educacional de alunos com necessidades educacionais especiais frente ao aspecto atitudinal do corpo docente nos primeiros e sextos anos do ensino fundamental* (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília.

Pereira, E. R. O. (2020). *O corpo ganha lugar na educação inclusiva: Um olhar para a motricidade no transtorno do espectro do autismo – TEA* (Dissertação de mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Tannenbaum, R., Weschsler, I. R., & Massarik, F. (1970). *Liderança e organização: Abordagem à ciência do comportamento* (A. B. Simões, Trad.). Atlas. (Obra original publicada em inglês)

